

UMA REFLEXÃO DIALÓGICA SOBRE CARTAS ARGUMENTATIVAS EM PROPOSTAS DE REDAÇÃO DO VESTIBULAR E PROCESSOS SELETIVOS SERIADOS DA UEPG¹

A DIALOGIC REFLECTION ABOUT ARGUMENTATIVE LETTERS IN WRITING TASKS OF VESTIBULAR AND SERIALIZED SELECTION PROCESSES AT UEPG

Meire Anne Alves Bochnia*

Colégio Positivo Master

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a prova de Redação do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado (PSS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que adota desde 2014 a perspectiva dos gêneros discursivos. O objetivo é verificar o tratamento conferido aos elementos principais constituintes do gênero: conteúdo temático, estilo e estrutura composicional. Para isso, a pesquisa toma como referencial teórico a concepção dialógica de linguagem proposta por Bakhtin e pelo Círculo, segundo a qual a construção de sentido acontece mediante a relação com o outro. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e a análise dos dados partiu da pesquisa documental. Para a realização da análise, foram selecionadas duas propostas de Redação, sendo uma pertencente ao gênero discursivo carta de reclamação, solicitada no PSS III de 2015, e outra que contempla o gênero carta de resposta à reclamação, solicitada no Vestibular de Verão de 2017. As análises empreendidas apontam para a importância de os enunciados da prova de Redação serem bem articulados e específicos sobre o *quê* – e *como* – deve ser produzido, pois quanto maior a clareza nas condições de produção fornecidas ao candidato, maiores – e melhores – oportunidades de realizar o seu “projeto de dizer” ele terá.

Palavras-chave: Prova de Redação. UEPG. Bakhtin. Gêneros discursivos. Carta argumentativa.

Abstract: This paper presents results of a study developed on the writing test which is part of the university entrance exam (*vestibular*) and the serialized selection process (PSS) by the State University of Ponta Grossa (UEPG), which have adopted the discursive style perspective since 2014. The objective was to verify the treatment given to the main elements that constitute the style: theme content, style and composition structure. To achieve its aims, the research theoretical background is based on the dialogic conception of language proposed by Bakhtin and Circle, according to which the construction of meaning

¹ Este artigo baseia-se na dissertação de Mestrado intitulada “Uma reflexão dialógica acerca das propostas de Redação de Vestibular e Processos Seletivos Seriadados da UEPG”, vinculada ao Mestrado em Linguagem da UEPG (2018) e orientada pela Profa. Dra. Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh. Nessa dissertação são analisados diversos enunciados de provas de Redação de Vestibular e Processos Seletivos Seriadados da UEPG. Para este artigo, selecionamos as análises de dois enunciados de provas que contemplaram o gênero discursivo carta argumentativa.

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atualmente é professora da rede particular de ensino, no Colégio Positivo Master - Ponta Grossa. E-mail: meire.boch@gmail.com

is build up through the relation with the other. The methodology adopted was qualitative and the analysis was based on documental research. To develop the analysis, two complaint letters questions were selected, they were part of the PSS III in 2015 and 2016, and another one that was a reply to a complaint letter, proposed as a writing task for the Summer *Vestibular* 2017. The results pointed out the importance of the writing tasks being well explained and specific regarding what – and how – must be addressed by the text, since the clearer the conditions of production are to the candidate, better their chances of developing their “project of saying” will be.

Keywords: Writing test. UEPG. Bakhtin. Discursive Style. Argumentative letters.

Introdução

Mikhail Bakhtin é o filósofo da linguagem que, ao lado dos membros do Círculo, desenvolveu o importante conceito de dialogismo. Essa “ideia-mestra”, assim designada por Sobral (2009), entende a interação como condição essencial do sujeito. Mesmo os sentidos mais elementares da significação, de acordo com essa teoria, não são apreendidos na individualidade. Ao contrário, “o sentido definido e único (...) é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1997, p. 129). Então, se para Bakhtin (1997, p. 302) “aprender a falar é aprender a estruturar enunciados”, os gêneros discursivos são formas de enunciados (ou discursos) que se originam nas mais diversas esferas sociais e por elas circulam (SOBRAL, 2009). Disso decorre o caráter interacional dos estudos bakhtinianos da linguagem, visto serem eles ferramentas que estabelecem uma organização para a interação.

A análise de materiais destinados tanto ao ensino fundamental quanto ao médio revela que grande parte dos autores, ao tratar do ensino da língua(gem), remete aos gêneros discursivos (ou gêneros textuais²) como a forma ideal de se articular a prática escolar. A proposta amplamente divulgada é o envolvimento dos alunos com os textos, principalmente aqueles por eles produzidos, no que se refere ao aprimoramento do contato com a língua. Por ser essa uma perspectiva de ensino que possibilita o convívio com práticas de linguagem articuladas com a realidade social dos alunos, as reflexões, aqui esboçadas, são alinhadas com a filosofia da linguagem proposta por Bakhtin e pelo Círculo.

A opção pelos gêneros é uma tendência que, atualmente, também se evidencia entre os vestibulares de diversas faculdades e universidades. O Vestibular e o Processo Seletivo Seriado (PSS) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) adotam em sua prova de Redação, desde o ano de 2014, a abordagem via gêneros. Em um comunicado oficial feito pela instituição à época da mudança, encontramos: “as alterações visam atender às Diretrizes Curriculares do Paraná (2008) e atualizar o conteúdo programático do ensino médio, incluindo disciplinas como Filosofia e Sociologia e novos gêneros textuais para a prova de Redação” (UEPG, 2013³).

² Uma questão que surge ao se adotar a abordagem via gêneros para o estudo da língua(gem) é a utilização das concepções de gêneros discursivos e de gêneros textuais como equivalentes. E não o são. Dessa forma, a adoção pelo termo “gênero do discurso/discursivo” ou “gênero textual” não representa mera preferência lexical. Portanto, a noção de gêneros discursivos (a qual adotamos neste artigo como perspectiva teórica de análise dos materiais selecionados como corpus de pesquisa), conforme proposta por Bakhtin e pelo Círculo, é reveladora de um olhar centrado nas práticas sociais, articuladas pela língua(gem).

³ Informação disponível em: <http://portal.uepg.br/noticias.php?id=5336>

A mudança em relação às produções textuais nesses concursos – que até então se situavam na perspectiva dos tipos textuais (narrativo e dissertativo) – é vista como uma tentativa de “aproximar ao máximo a proposta da redação às condições de uso efetivo da linguagem, ou seja, aos usos que se fazem da linguagem nas diversas circunstâncias da vida em sociedade” (SALEH, 2015, p. 15). Diante da relevância social que reconhecemos nessa temática, como também na importância de se estudá-la, delimitamos a Prova de Redação (do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado da UEPG) como nosso corpus de pesquisa.

O interesse pela temática parte, inclusive, de uma motivação bastante pessoal, visto que atuo como professora de Produção Textual em turmas de 1ª e 2ª séries de Ensino Médio e de Cursinho Pré-Vestibular. As dúvidas relacionadas à execução dos comandos dos enunciados das provas de Redação dos processos seletivos da UEPG, as incertezas com relação aos usos da linguagem, bem como a brevidade das explicações do Manual do Candidato acerca da prova de Redação são algumas das questões que apareceram – e ainda aparecem – durante as aulas de Produção Textual, e a partir das quais delimito meu interesse de pesquisa (a prova de Redação) e, na sequência, meu corpus de pesquisa (os enunciados das propostas).

Como esses enunciados da prova de Redação vêm se delineando desde 2014⁴ é a pergunta a que procuramos responder através das análises das propostas selecionadas como amostras do corpus desta pesquisa. Assim, tendo estabelecido o objeto da pesquisa, o passo seguinte foi definir qual gênero discursivo deveria ser selecionado para este estudo. Para isso, as amostras selecionadas foram aquelas que tiveram como gênero discursivo solicitado a carta, em perspectiva argumentativa, e que aparece tanto no PSS III como no Vestibular da UEPG, a partir das seguintes denominações: carta de reclamação e carta de resposta à reclamação.

Assim, o meu olhar de pesquisadora, mas também de professora que trabalha com alunos que se preparam para esses processos seletivos, esteve presente em toda a análise. Por isso, a metodologia adotada partiu da abordagem qualitativa, considerando que esta é uma pesquisa que abrange fenômenos relacionados à linguagem, e também à subjetividade, no que se refere à produção de sentidos: “[...] a pesquisa qualitativa aceita o fato de que o pesquisador é parte do mundo que ele pesquisa” (BORTONI-RICARDO, 2015, p. 58).

Passamos agora à reflexão sobre os conceitos da teoria bakhtiniana que são fundamentais para a compreensão dos enunciados das propostas de Redação selecionadas para este estudo.

Os gêneros discursivos pensados a partir da questão do enunciado

Os gêneros discursivos, vislumbrados a partir de uma perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem, são entendidos como formas para organizar nossos discursos, sendo estes materializados pela fala ou pela escrita. E considerando que o discurso só tem a possibilidade de existir na forma de enunciado(s), o lugar de destaque reservado à língua, dentro da teoria dialógica da linguagem, deve-se ao fato de ela fazer parte de todas as relações e contextos da vida humana. Faraco (2009, p. 126), a propósito da produção de enunciados, a que ele chama de “estudar o dizer”, conclui: “(...) não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano”.

⁴ Ano em que a Comissão Permanente de Seleção anunciou a reestruturação das provas de Vestibular e Processos Seletivos Seriadados da UEPG.

Essas esferas de atividade, ou campos do agir humano, como já dito, são centrais para se pensar sobre a questão do(s) enunciado(s). A construção de um enunciado está sempre alicerçada às características que perfazem determinado campo de atividade, e, conseqüentemente, tem um modo próprio de operar. Esses enunciados balizam – e são balizados – pelos gêneros discursivos que ali circulam (e, portanto, apresentam relativa estabilidade).

Dessa forma, para Bakhtin (1997), os gêneros do discurso são basicamente os enunciados (orais ou escritos), com características relativamente estáveis, pertencentes aos integrantes das mais diversas esferas da atividade humana. Pensar nos gêneros de forma acabada, sem relacioná-los com a vida, é impossível, pois se perde a dimensão da relação deles com as diversas esferas da atividade humana. Quando se fala sobre a importância de se considerar as “esferas da atividade humana” para a produção de enunciados, é preciso ter em mente a seguinte reflexão de Bakhtin/ Volochinov (1997):

A unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. Dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala. (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1997, p. 70-71)

Isso posto, o que podemos depreender é que onde existe agir humano, existe comunicação e, portanto, linguagem (ainda que essa não seja expressa verbalmente). Os enunciados não demandam, necessariamente, palavras para serem formulados. O contexto de interação entre os parceiros da interlocução é o que define e lança luzes sobre os elementos que compõem uma ação de linguagem.

Então, por estarem intimamente ligados a nossa vida e ao contexto em que estamos inseridos, os gêneros do discurso, inclusive, nos auxiliam a formular os enunciados: a intenção discursiva do falante é adaptada ao gênero. Além disso, como já assinalado, esses enunciados sofrem modificações em decorrência do momento histórico vigente. Dito de outro modo, temos que: a vontade discursiva do falante se realiza, antes de tudo, na escolha de certo gênero do discurso. Essa vontade já aponta para que esse enunciado se realize de uma determinada forma; o falante está situado em uma determinada situação.

Pode-se dizer que a isso se deve o fato de existirem inúmeros gêneros discursivos, visto serem ilimitadas as situações que envolvem o uso da língua. Entretanto, mesmo existindo uma infinidade de situações de interação e, portanto, uma multiplicidade de gêneros discursivos, Bakhtin (1997) dividiu-os em apenas duas classificações, os gêneros primários e os secundários, a partir da natureza do enunciado.

Assim, tendo por base os pressupostos estabelecidos por Bakhtin (1997), podemos mencionar os gêneros primários a partir de situações comunicativas cotidianas, informais, que não demandam “tantas” lapidações por parte dos sujeitos da enunciação, por exemplo: as conversas do cotidiano, alguns tipos de cartas, os bilhetes e, até mesmo, os diários íntimos. Como gêneros secundários, habitualmente perpassados pela escrita, estariam aqueles que requerem contornos mais elaborados, visto que a utilização da língua por meio desses gêneros está, em geral, associada a situações comunicativas de maior complexidade. São exemplos desses: o teatro, o romance, os gêneros literários em geral, o discurso científico.

Apresentada uma breve distinção entre os gêneros primários e secundários, encontramos, ainda, na filosofia bakhtiniana uma importante questão relacionada ao uso que se faz desses gêneros: “Cada um dos gêneros do discurso, em cada uma das áreas de comunicação verbal, tem sua concepção padrão do destinatário que o determina como gênero” (BAKHTIN, 1997, p. 321). Esse enunciado reforça a ideia de que, em toda e qualquer situação de interação verbal, a forma como nos comunicamos, ou seja, a nossa atitude responsiva está relacionada ao destinatário e às concepções que tenho a seu respeito. Sobre isso, Bakhtin (1997) atesta:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo apreciativo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. (BAKHTIN, 1997, p. 321)

Ao declarar que a enunciação é o “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”, Bakhtin/ Volochinov (1997) nos chamam a atenção para as apreciações valorativas entre locutor e ouvinte. Ainda conforme as apreciações de Bakhtin (2015, p. 221), “O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes”. Um enunciado proferido em uma conversa informal, entre pessoas de estreita convivência, não terá a mesma densidade que um diálogo entre um médico e paciente, por exemplo. A forma como se dá a interação desses indivíduos é fator primordial e determinante para a organização dos discursos:

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação a *outro*. Através da palavra, defino-me em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1997, p. 113 – ênfases do original)

Assim, refletir sobre o momento de interação que envolve a execução de propostas de redação em processos seletivos pressupõe enfatizar que a situação “real” de interação em que elas circulam – o momento de realização desse tipo de prova – tem implicações que não podem ser desconsideradas. Portanto, as reflexões que fazemos sobre essas propostas, mesmo sendo pautadas pela teoria dialógica da linguagem, não são capazes de captar o sentido “global” dessa interação, que num plano geral acontece entre um candidato-autor e o(s) professor(es) corretor(es). Nesse sentido, Baumgärtner e Cruz (2009), ao desenvolverem apontamentos sobre a redação no vestibular da Unioeste, e tendo como corpus uma proposta do gênero carta, afirmam:

Definir o horizonte espacial comum dos interlocutores, no caso em estudo, não é tarefa fácil, mas necessária, tendo em vista que é isso que vai definir o presumido (mas não verbalizado) na carta. Nessa situação de interação, o locutor (vestibulando) tem a tarefa de, através do mesmo instrumento (carta) dizer coisas a um interlocutor

fictício (“um professor que você conheça”), que serão lidas, interpretadas e avaliadas por um interlocutor real (os membros que compõem a Comissão Permanente de Redação da Universidade). (BAUMGÄRTNER; CRUZ, 2009, p. 173)

Desse modo, ainda apoiadas pelas reflexões de Baumgärtner e Cruz (2009), entendemos que o “horizonte espacial comum” (conforme designado por Bakhtin/ Volochinov, 1997) dessa interação compreende um candidato – que almeja adentrar o ensino superior e cuja atividade de produção textual de uma redação é bastante representativa para atingir tal objetivo –, a posição social de sujeito assumida pelo candidato para essa interação (recortada pela proposta), o interlocutor fictício da carta (também indicado pela proposta) e o interlocutor real – o(s) professor(es) que irá(ã)o avaliar e dar nota para essa redação. “Em resumo, temos um vestibulando que simula dizer coisas a um professor seu conhecido, mas que tem como interlocutor real uma Comissão composta de professores de língua portuguesa” (2009, p. 176).

Assim, segundo Bakhtin, para quem o sujeito se constitui sempre na relação com o(s) outro(s) e a partir da linguagem, os enunciados decorrentes da interação verbal são constituídos por meio de alguns aspectos, a saber:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu *conteúdo* (*temático*) e por seu *estilo* verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua *construção composicional*. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (BAKHTIN, 1997, p. 279 – ênfases do original)

Os três elementos em destaque nessa citação são, conforme Bakhtin, os principais responsáveis pela completude do enunciado. Então, na formulação desses enunciados – considerados sempre a partir de suas esferas de circulação – está o embrião dos gêneros do discurso, o qual nos cabe aqui (RE)afirmar: “(...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros discursivos” (BAKHTIN, 1997, p. 279). Assim, como sintetiza Costa-Hübes (2015, p. 23), “As três dimensões constitutivas dos gêneros – o tema, o estilo e a construção composicional – complementam-se e correspondem às especificidades de cada esfera”.

Ao discutir questões teóricas e aplicadas sobre os gêneros discursivos, Rojo (2005, p. 196) explicita que os enunciados são sempre produzidos a partir da “apreciação valorativa do locutor a respeito do(s) tema(s) e do(s) interlocutor(es) de seu discurso”, e as três dimensões essenciais dos gêneros do discurso – o tema, a forma composicional e o estilo – são determinadas a partir dessas apreciações (ROJO, 2005). Para Bakhtin (1997), o tema – conteúdo ideologicamente conformado – diz respeito àquilo que é dizível (aquilo que pode ser dito através dos gêneros, que se torna comunicável); tem a ver com aquilo que o candidato-autor quer dizer e como ele poderá tornar esse “querer-dizer” compreensível. A forma composicional, por conseguinte, diz respeito aos elementos das estruturas comunicativas (e semióticas) que pertencem ao gênero. O

candidato-autor irá ponderar sobre qual estrutura realizará melhor o seu projeto enunciativo. Com relação ao estilo, é a partir dele que se pode marcar o discurso com um posicionamento próprio, por meio de elementos específicos para isso: unidades da linguagem, traços da posição enunciativa, marcas linguísticas, entre outros.

Então, com vistas a compreender o funcionamento dos gêneros e a maneira como eles nos auxiliam na organização da nossa linguagem, atentemos para o fato de que os elementos constitutivos do enunciado colaboram para a estabilidade do gênero discursivo e, ao mesmo tempo, eles também são responsáveis por moldar a forma como os gêneros se apresentam.

Assim, esses elementos irão – além de estabilizar ou, por vezes, dinamizar os gêneros do discurso – possibilitar que nossas práticas de linguagem sejam mais facilmente compreendidas. Salientamos que as condições de produção dos discursos e os papéis sociais desempenhados pelos (inter)locutores interferem na forma como os enunciados serão apresentados, conforme o que Bakhtin/ Volochinov (1997) esclarecem:

(...) a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe essa ressonância em vez daquela, por exemplo, a exigência e solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor. (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 1997, p. 114)

Portanto, o percurso realizado até aqui – ou seja, minha enunciação, a partir de uma perspectiva dialógica da linguagem – me permite afirmar que os elementos principais formadores dos gêneros discursivos – tema, estrutura composicional e estilo – são imprescindíveis para a sua produção e compreensão; elementos esses que os tornam, ao mesmo tempo, “normativos” e “relativamente estáveis”. Isso posto, antes de iniciar as reflexões sobre as propostas de Redação selecionadas para este estudo, passo a uma breve explanação sobre os processos seletivos da UEPG – PSS e Vestibular – bem como da configuração da prova de Redação em tais processos.

A Prova de Redação do Vestibular da UEPG

A realização dos Vestibulares e Processos Seletivos Seriados da UEPG fica a cargo da Comissão Permanente de Seleção – CPS, órgão suplementar da Reitoria, responsável pelas mais diversas atribuições advindas da organização e execução desse processo seletivo. Dentre essas atribuições, destacamos a elaboração do Manual do Candidato, no qual são divulgadas as normas e orientações para cada edição do Vestibular e do PSS.

A “redação de vestibular” é uma prática social que, no Brasil, tornou-se obrigatória a partir do Decreto Federal nº 79.298, de 24 de fevereiro de 1977, e, portanto, é solicitada por todos os vestibulares das faculdades e universidades brasileiras. Por se tratar de um instrumento de caráter avaliativo, a “proposta de uma produção textual”, pautada pela concepção de gêneros, como faz atualmente a UEPG, por si só já demonstra a preocupação institucional em apresentar aos candidatos mais do que “uma proposta de redação”. O Manual do Candidato

ao Vestibular de Inverno (UEPG, 2017), sobre a segunda etapa (na qual a produção de texto é solicitada), elucida:

A produção de texto tem por objetivo avaliar o domínio de linguagem apresentado pelos candidatos e se estes apresentam níveis de leitura e escrita suficientes para um desempenho acadêmico. A partir de uma proposta de produção de texto (única para cada Vestibular), os candidatos farão a PROVA DE REDAÇÃO a fim de demonstrarem capacidade de leitura, de expressão escrita, compreensão e interpretação de texto(s). (UEPG, 2017, p. 12)

O Manual estabelece, ainda, o motivo pelo qual uma redação pode não chegar a ser avaliada: “Candidatos que não atingirem a pontuação mínima na Prova Vocacionada, estabelecida para o seu curso, turno e local de oferta” (UEPG, 2017, p. 12). Na sequência, são apresentados os gêneros discursivos com os quais o candidato pode se deparar na prova de Redação, sendo estes: carta de reclamação, carta resposta à reclamação, texto de opinião dissertativo-argumentativo, notícia e resumo.

Mesmo sendo reconhecida como uma prática social, a nomenclatura “redação de vestibular” faz alusão aos modelos de textos solicitados em ambiente escolar, e de vestibular, alicerçados pela ideia de “tema” a ser discutido em um texto de tipologia dissertativa. Ainda que o Manual do Candidato chame a 2ª etapa da prova do Vestibular de “Prova de Redação”, o que se apreende dessa prova nos moldes configurados pela UEPG, a partir de 2014, quando adotou a opção pelos gêneros discursivos, é uma prova de produção textual. A respeito do modelo de texto consolidado, ao longo do tempo, como “redação de vestibular”, Pilar (2002) traz a seguinte reflexão:

A redação de vestibular tem sido geralmente apresentada sobre a perspectiva da tipologia textual – que classifica textos em dissertativos, descritivos e narrativos – nos livros didáticos que versam sobre redação e servem de referência para o trabalho do professor em sala de aula. Nessa tipologia, a dissertação é o texto mais frequentemente associado à prova de redação do concurso vestibular. (PILAR, 2002, p. 160)

Buzen (2009) é ainda mais enfático em suas críticas a esse modelo de “redação de vestibular”, a que ele chama de “pedagogia da exploração temática”: “São propostas de produção de texto que solicitam aos alunos que escrevam uma redação sobre determinado tema, sem definir um objetivo específico, sem preocupação sociointerativa explícita” (2009, p. 148). A UEPG manteve, em meio aos gêneros solicitados pelo Vestibular e PSS II e III, o texto de opinião dissertativo-argumentativo, ainda assim, vislumbramos que a mudança, anunciada ao final de 2013, remete à concepção de ensino de língua(gem) pretendida pela instituição. Até mesmo o fato de trabalhar o texto de opinião dissertativo-argumentativo enquanto gênero, e não tipo textual, pode ser alvo de reflexão, pois, como aponta Pistori (2012, p. 159), que considera a dissertação escolar o “embrião dos gêneros que o aluno enfrentará na atividade acadêmica”, “Retomá-la como gênero, com todas as implicações daí advindas, significaria ancorar o ensino nas práticas sociais da vida real – escolar, acadêmica”. Propostas que trazem consigo a ideologia de escrita como prática social apontam para a tendência que se evidencia no ambiente escolar,

e amplamente difundida pelos documentos oficiais de ensino: trabalhar a linguagem a partir dos usos efetivos que se faz dela na vida em sociedade.

Os gêneros discursivos elencados para o Vestibular, dentre os quais é solicitado apenas um na Prova de Redação, são: carta de reclamação, carta resposta à reclamação, texto de opinião dissertativo-argumentativo, notícia e resumo.

O Manual do Candidato da UEPG (2017) explicita ainda os critérios pelos quais a avaliação dos textos é estabelecida:

1. capacidade de leitura, compreensão e interpretação do(s) texto(s) de apoio;
2. capacidade de produzir o gênero textual solicitado;
3. fidelidade ao que propõe o enunciado da questão;
4. desempenho linguístico de conformidade com a norma padrão da língua escrita (português brasileiro ou em consonância com a variedade linguística, de acordo com a proposta);
5. estruturação textual: implicações gramaticais, lexicais e discursivas, coesão e coerência, paragrafação, frases, vocabulário, ortografia, pontuação, acentuação, concordância, regência, etc.
6. organização textual: coerência em relação ao gênero solicitado (composição e funcionalidade), progressão temática, organização e articulação das ideias, clareza, objetividade, intencionalidade, informatividade, relevância, autoria e originalidade. (UEPG, 2017, p. 13)

O Manual é bastante sintético em relação à apresentação desses critérios, ainda assim, é possível estabelecer relações de sentido entre os aspectos valorados, os documentos oficiais de ensino e a teoria bakhtiniana da linguagem. Ao mencionar, como primeiro aspecto, a capacidade de leitura, compreensão e interpretação de textos, o Manual dialoga com a ênfase dada pelos PCNEM (1999) e PCN+ (2002), em relação a essa capacidade, fato que, inclusive, é criticado por autores como Rojo e Moita Lopes (2004), visto que os documentos oficiais não explicitam a mesma ênfase em relação à capacidade de produção textual. Para os referidos autores, a crítica – em relação aos PCNEM e PCN+ – se justifica, tendo em vista que é impossível trabalhar essas capacidades de maneira isolada.

Dessa forma, o Manual apresenta também como critério avaliativo “a capacidade de produzir o gênero textual solicitado”, sendo esse o comando mais representativo no que se refere à transição “tipo textual – gênero discursivo/ textual”, empreendida a partir de 2014. E ainda que o Manual apresente a terminologia “gênero textual”, em outro momento, a UEPG, representada pela revista *Arquitetura da Redação*, utiliza-se da concepção de “gênero discursivo”, conforme estabelecido pelos preceitos bakhtinianos, quando das discussões sobre as propostas de PSS e Vestibular e, também, em relação aos textos analisados.

Sobre o critério “fidelidade ao que propõe o enunciado da questão”, trata-se de um aspecto que pode ser fortemente relacionado ao elemento constitutivo do gênero, denominado conteúdo temático, mas que não deixa de estar relacionado à estrutura composicional e ao estilo do gênero. A respeito da adequação da linguagem à situação de interação proposta, trata-se de um critério bastante pertinente, tendo em vista a solicitação de produções textuais em função dos

gêneros discursivos. É significativo o fato de a atenção à variação linguística ser mencionada nos critérios elencados para a avaliação dos textos, pois os próprios documentos oficiais de ensino são alvos de críticas por não trazerem sugestões para o trabalho com a variação linguística em atividades de produção textual.

Ademais, podem ser estabelecidas outras relações de sentido entre os critérios de avaliação dos textos e os elementos principais constitutivos dos gêneros, por exemplo, quando o Manual faz indicações sobre a “coerência em relação ao gênero solicitado (composição e funcionalidade)”. Esse critério relaciona-se tanto à estrutura composicional quanto ao conteúdo temático articulados pelo gênero.

A capacidade de organização textual, proveniente, segundo o Manual, da “progressão temática, organização e articulação das ideias, clareza, objetividade, intencionalidade, informatividade, relevância, autoria e originalidade”, em um primeiro plano, pode ser entendida como relacionada ao conteúdo temático do gênero. Ainda assim enfatizamos: na perspectiva aqui assumida, o conteúdo não é pensado de forma isolada, como objeto, e sim em termos de significados que são atribuídos a ele. Os campos de atividade onde os gêneros circulam vão sendo construídos e reconstruídos. O conteúdo temático, portanto, não é construído de forma isolada; ele é mediado pelos discursos que o pressupõem.

O diálogo empreendido, relacionando os critérios de avaliação trazidos pelo Manual do Candidato aos aspectos constituintes do gênero, não tem por intenção estabelecer uma classificação para tais critérios, o que seria até mesmo incoerente frente aos propósitos da teoria bakhtiniana. Essa aproximação tem por intenção pensar a questão dos gêneros em uma perspectiva mais ampla, relacionando todos os critérios ali explicitados como importantes para a funcionalidade do gênero, e não apenas no que se refere ao segundo critério elencado pelo Manual, pois entendemos que “a capacidade de produzir o gênero textual solicitado” está articulada a todos os critérios mencionados. Consideramos ainda que as aproximações estabelecidas também podem sofrer mudanças a depender dos modos de funcionamento que cada gênero discursivo apresenta.

A Prova de Redação do Processo Seletivo Seriado da UEPG

A prova de redação do Processo Seletivo Seriado (PSS) apresenta os mesmos moldes estabelecidos para o Vestibular em termos de critérios de avaliação das redações. As diferenças mais significativas entre os processos estão relacionadas, principalmente, ao fato de as provas do PSS acontecerem todas no mesmo dia, e não em dois como no Vestibular, tendo em vista que cada uma das três etapas do PSS é aplicada anualmente.

Com relação à prova de Redação do PSS, a diferença mais expressiva em comparação ao Vestibular são os gêneros discursivos/ textuais solicitados para cada etapa do PSS, conforme já mencionado nesta pesquisa:

7. PSS I: comentário em blog, crônicas jornalísticas, narração escolar; relato autobiográfico;
8. PSS II: carta do leitor, notícia, texto de opinião dissertativo-argumentativo, resumo;
9. PSS III: carta de reclamação, carta resposta à reclamação, texto de opinião dissertativo-argumentativo, notícia, resumo. (UEPG, 2015, p. 19)

Como é possível perceber, os gêneros discursivos solicitados para a etapa I estão concentrados na ordem do relatar, narrar e descrever, enquanto que as propostas de PSS II, III e Vestibular pertencem tanto à ordem do narrar (sendo este o caso da notícia⁵ e das cartas) quanto à ordem do argumentar e expor (no que se refere, também, às cartas – consideradas como tipologicamente heterogêneas – e ao texto de opinião dissertativo-argumentativo⁶), justificados na revista *Arquitetura da Redação* como sendo estabelecidos a partir de um diálogo com os documentos oficiais de ensino.

A Revista *Arquitetura da Redação*

Segundo um comunicado, disponível na página da instituição, a revista *Arquitetura da Redação* tem a intenção de tornar os processos de seleção e de avaliação mais próximos e conhecidos da comunidade. Ainda de acordo com o texto de abertura da revista, percebe-se, dentre as motivações que sustentam o periódico, o reconhecimento de possíveis inseguranças que acometem os candidatos durante a prova de Redação:

A expectativa maior é a de que os comentários analíticos sobre os textos possibilitem uma compreensão adequada dos vários níveis em que podem ser construídos e avaliados textos e, dessa forma, contribuir para o conhecimento de como pode se realizar a arquitetura da redação, e servir de orientação àqueles que se sentem inseguros quanto a essa etapa do processo de seleção para conquistar uma vaga na Universidade Estadual de Ponta Grossa. (UEPG, 2013, p. 3)

Sendo constituída atualmente por dois volumes, a segunda edição da revista trouxe ao público informações contextualizadas relativas ao processo de avaliação, à atribuição de notas e à questão dos gêneros nos processos seletivos da UEPG. Na sequência, a revista apresenta análises das propostas solicitadas e de textos dos candidatos ao PSS e ao Vestibular, a partir de comentários analíticos relacionados a textos considerados acima da média, na média, abaixo da média e textos com nota zero.

Refletindo sobre a forma contextualizada com que a revista se organiza e comparando-a à brevidade das explanações do Manual do Candidato, podemos entender que essa publicação parece ter a intenção de suprir as lacunas deixadas pelo Manual. Sendo assim, é um ponto de forte articulação entre a UEPG, os estudantes de ensino médio e os professores; portanto, ela representa uma possibilidade real de aproximação entre comunidade e instituição.

A carta argumentativa no PSS e Vestibular da UEPG

Para contextualizar os gêneros “carta de reclamação” e “carta resposta à reclamação”, utilizamos a nomenclatura mais abrangente: “carta argumentativa”. Entendemos que ambas as cartas consistem na escrita de um texto cujo objetivo é, basicamente, utilizar-se de argumentos consistentes para expressar uma reclamação ou defender-se dela. Portanto, o intuito de quem escreve uma dessas cartas é “[...] conduzir o destinatário/ interlocutor à conclusão que ele

⁵ Köche, Marinello e Boff (2012).

⁶ Köche e Marinello (2017).

deseja” (KÖCHE; MARINELLO, 2017, p.75). Assim, a respeito das enunciações que suscitam a escrita de uma carta argumentativa, temos:

Esse gênero oportuniza ao emissor denunciar irregularidades, pedir providências e sugerir mudanças, entre outras finalidades. Quando se trata, por exemplo, de um problema de ordem pública, a carta pode ser dirigida a uma autoridade ou a um órgão competente. Com o advento da internet, ela pode ser encaminhada por e-mail. (KÖCHE; MARINELLO, 2017, p. 75)

Partindo-se então da perspectiva bakhtiniana da linguagem, segundo a qual “A língua se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de exteriorizar-se” (BAKHTIN, 1997, p. 289), a carta argumentativa é um instrumento de comunicação materializado através de enunciados que demandam uma “ativa posição responsiva” e que, mediante condições específicas dos referidos campos em que se situam, servem para comunicar os mais diversos propósitos (BAKHTIN, 1997). Ressalta-se que, ao serem situados enquanto enunciados, a “inteireza acabada” que deles transcende garante-lhes a possibilidade de resposta.

Sobre o aspecto composicional das cartas argumentativas (KÖCH; MARINELLO, 2017), estas costumam se dividir em: local e data, vocativo, corpo do texto (em que se explicita argumentação), despedida e assinatura. A respeito dessa estrutura comum que permeia as várias modalidades de cartas, segundo Bezerra (2010, p. 227) “[...] esses tipos de cartas podem ser considerados como subgêneros do gênero “maior” carta, pois todos têm algo em comum – sua estrutura básica”, ao que a autora prossegue, e enfatizo: “mas são diversificados em suas formas de realização, em suas intenções. É assim que temos a carta pedido, carta resposta, carta pessoal, carta programa, carta circular, carta do leitor, carta ao leitor e tantas outras” (2010, p. 227).

Ainda sobre o aspecto composicional da carta, o estudo das tradições discursivas do português brasileiro (MATIAS, 2018) revela que, entre os aspectos de mudança e permanência que podem ser observados em sua constituição, o uso do vocativo parece estar presente em toda história do gênero, sendo esta “Uma marca linguística que foi se mantendo, demonstrando, assim, toda a herança de seu gênero de origem, a carta pessoal” (MATIAS, 2018, p. 225).

Assim, passamos agora à análise das duas propostas de cartas selecionadas como corpus deste estudo, uma carta de reclamação, solicitada no PSS III do ano de 2015, e uma carta de resposta à reclamação, solicitada pelo Vestibular de Verão de 2017.

Processo Seletivo Seriado III – 2015

Figura 1: Proposta de redação do PSS III - 2015

**ELABORE SUA REDAÇÃO, EM PROSA,
COM UM MÍNIMO DE 10 LINHAS E MÁXIMO DE 17 LINHAS,
COLOCANDO UM TÍTULO.**

TEXTO 1

“NÃO É UMA COISA DE OUTRO MUNDO”, DIZ BRASILEIRA QUE PODE IR A MARTE

Na semana passada, a missão MarsOne anunciou os 100 finalistas de um processo que vai escolher 24 pessoas para colonizar Marte a partir de 2025 – com passagem só de ida. Dos mais de 10.000 brasileiros que se cadastraram, restou apenas uma: a professora universitária Sandra da Silva, de 51 anos, de Rondônia.

Por trás desta empreitada está uma fundação privada holandesa, que pretende criar uma colônia humana em Marte. A estimativa é de que a viagem que levará os primeiros quatro colonizadores dure sete meses e custe 6 bilhões de dólares. Em Marte, os escolhidos terão de cuidar de seu próprio suprimento de água, oxigênio e comida, além de se dedicar à pesquisa científica.

Adaptado de: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/nao-e-uma-coisa-de-outro-mundo-diz-brasileira-que-pode-ir-a-marte>

TEXTO 2

“NOVO JÚPITER” É A NOVA PISTA NA BUSCA POR TERRA 2.0

A descoberta de um planeta gêmeo a Júpiter, localizado na órbita de uma estrela gêmea ao nosso Sol, é a mais nova pista na busca de um sistema solar inteiro semelhante ao nosso e, quem sabe, da tão procurada Terra 2.0. O achado, capitaneado por astrônomos brasileiros, é particularmente promissor porque o novo planeta e a nova estrela não só se parecem fisicamente com Júpiter e o Sol – têm quase o mesmo tamanho e a mesma idade –, como eles estão também a uma distância entre si semelhante da que ocorre no nosso sistema solar.

Desde que começaram as buscas por exoplanetas, há cerca de dez anos, mais de mil planetas já foram encontrados pelo Universo afora – a maioria gigantes gasosos como este de agora. Mas quase sempre eles estão muito colados às suas estrelas. É a primeira vez que se encontra uma condição semelhante a do nosso sistema solar.

Adaptado de: http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2015/07/15/interna_nacional.668904/novo-jupiter-e-a-nova-pista-na-busca-por-terra-2-0

ORIENTAÇÕES:

Considerando a possibilidade de participar da exploração de outro planeta, imagine que você comprou as passagens de ida e volta da empresa Marte Já! A viagem de ida foi um sucesso, no entanto, houve um sério desconforto na volta sobre o qual você não foi advertido.

Levando em conta essa situação, escreva uma **CARTA DE RECLAMAÇÃO** à empresa que promoveu a viagem.

ATENÇÃO:

1. Deixe claro na carta qual foi o problema e suas consequências.
2. Para assinar a carta você deve, **obrigatoriamente**, usar um desses nomes próprios: **José Silvério dos Reis** ou **Maria Bonita Barbosa**.

Fonte: http://cps.uepg.br/pss/documentos/2015/PSS_III.pdf

A proposta em análise trazia ao candidato a indicação de que, assumindo a posição de um sujeito que adquiriu passagens para outro planeta, escrevesse uma carta de reclamação à

empresa promotora da viagem, neste caso, a “*Marte Já!*”. Esse enunciado deveria ser articulado em função de um problema ocorrido na volta da viagem. Ainda sobre o tema deste enunciado (a reclamação sobre um desconforto), a proposta trazia a seguinte afirmação: “[...] sobre o qual você não foi advertido”. Analisando essa proposição, entendemos que o problema não seria algo inesperado ao(s) organizador(es) da viagem, que deveria(m) tê-lo avisado sobre a iminência de tal situação.

Havia ainda outra indicação nos comandos da proposta sobre o tema: o candidato deveria expressar com clareza qual foi o problema e, também, as consequências dele decorrentes, para que, assim, o candidato-autor tivesse condições de desenvolver o que lhe foi proposto. A articulação de ideias contava com dois textos-estímulo, os quais podem ser situados dentro do gênero notícia. A respeito do conteúdo temático da proposta, como já dito, consideramos que os comandos expressavam bastante objetividade em relação ao que foi solicitado. Uma consideração que cabe aqui diz respeito à necessidade de conhecimentos (mínimos) que o candidato precisaria ter sobre astronomia e, também, à “criatividade” necessária para articular esses conhecimentos ao que foi solicitado.

Nesse ponto, é importante ressaltar que, para Bakhtin, o conteúdo temático é constituído a partir da interação dialógica que o enunciado estabelece com outros enunciados, ou seja, inclusive, com outros textos (como nesse caso), uma vez que “os enunciados não são indiferentes entre si nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente” (BAKHTIN, 1997, p. 316). Dessa forma, o conteúdo temático a ser desenvolvido pelo candidato-autor não está totalmente posto, visto que as condições de recepção a que esse enunciado está sujeito também influenciarão na produção de sentidos, mas é importante, sim, que a proposta estabeleça indicações claras sobre que perspectivas de encaminhamento deverão embasar esse conteúdo temático.

A Comissão Permanente de Seleção da UEPG publicou, no dia posterior à data de realização da prova, a seguinte expectativa:

Para atender ao que se solicita na proposta de redação do PSS III, o candidato escreve como emissor de uma CARTA DE RECLAMAÇÃO, cujo destinatário demarca-se pela indicação de uma empresa nomeada como *Marte Já!*. A especificação desse destinatário poderia ocorrer, por exemplo, na figura do diretor da empresa ou do responsável pelas vendas das passagens. Todo o direcionamento da carta está voltado à reclamação sobre um sério desconforto ocorrido no retorno da missão, cabe ao emissor, portanto, principalmente no corpo da carta, apresentar argumentos que justifiquem tal reclamação. (UEPG, 2015)

Os comandos da proposta não designam um interlocutor em especial para a carta, o que seria desejável, considerando as indicações dos documentos oficiais de ensino quando em situação de produção textual a partir dos gêneros e, também, as reflexões de viés bakhtiniano que versam sobre a importância das especificidades da interação para a produção do discurso. Assim, ainda que o contexto de interação articulado no enunciado direcione alguns elementos para que o candidato consiga relacionar o problema que motiva a carta à necessária função social a ser desempenhada pelo sujeito para quem a reclamação deveria se dirigir, acredito que seria importante o enunciado da proposta trazer essa indicação, ao invés de um interlocutor genérico, pois, na teoria bakhtiniana, temos que o discurso é modelado de acordo com os sujeitos e com a situação de interação.

Sobre a estrutura composicional, a solicitação de um título em uma carta de reclamação é algo inesperado, não sendo encontrada esta indicação em nenhum dos manuais de gêneros

consultados para a realização desta pesquisa. Ainda que sempre consideremos “a relativa estabilidade dos gêneros”, novamente nos deparamos com um fator que pode incidir em insegurança por parte dos candidatos haja vista tratar-se de uma solicitação incomum. Considerando que a estrutura do cabeçalho apresentada é recorrente a todas as provas de Redação de processos seletivos da UEPG, é possível que esse comando tenha passado despercebido por parte de quem elaborou a proposta e/ou dos organizadores do concurso.

Outra indicação pertinente à estrutura composicional é a assinatura da carta, a partir de dois nomes (para a escolha de um) indicados pela proposta. A sinalização em negrito – “obrigatoriamente” – acentua a necessidade de se cumprir esse comando, já assinalado no Manual do Candidato ao PSS, e passível de zerar a redação. A ênfase dada à atenção devida a esse critério pode explicitar uma preocupação por parte da CPS/ UEPG em minimizar as possibilidades de candidatos com nota zero na prova de Redação.

Uma questão muito relevante são os nomes indicados para a assinatura dessa proposta, como também acontece em outras. Aqui, a indicação se estabelece a partir das figuras de Maria Bonita, liderança do cangaço brasileiro, e José Silvério dos Reis, figura da história colonial brasileira, delator dos inconfidentes mineiros. A questão que se coloca quando se pensa na língua como interação e, portanto, na perspectiva dialógica, é: esses nomes não são neutros, eles trazem toda uma carga de sentido/ significação. Então, por que nomes “tão marcados”? Seria mais viável, talvez, a indicação de assinatura a partir de nomes que não representassem signos ideológicos tão expressivos – e representativos das escolhas ideológicas da parte de quem formulou a proposta –, uma vez que o projeto enunciativo do candidato pode ser influenciado por essa indicação.

A respeito das orientações sobre o estilo, percebemos que não há menção à variedade linguística a ser empregada para a escrita da carta, o que pode ser explicado pelo fato de se tratar de um instrumento de comunicação social entre duas partes inseridas em um contexto de interação formal. Ainda assim, faz-se relevante assinalar que seria válida tal indicação, posto que a carta de reclamação é um gênero que possibilita ao candidato-autor que encaminhe sua vontade discursiva para expressar-se de modo mais ou menos formal. Sobre a função de organizar nosso dizer, desempenhada pelos gêneros do discurso, Bakhtin (1997) explicita que:

Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo prendemos a moldar nossa fala às formas do gênero [...] (BAKHTIN, 1997, p. 302)

A partir das considerações sobre essa carta de reclamação, podemos dizer que a relação dialógica estabelecida entre o candidato-autor, ao assumir uma posição social de sujeito pré-caracterizada, e os comandos estabelecidos pela proposta poderia ser repensada de modo que o conteúdo temático estivesse menos focado na “criatividade”. Ou seja, entendo que caberia à proposta privilegiar a capacidade do aluno de articular um enunciado do gênero solicitado, uma vez que, enfatizamos, “A relação com o sentido é sempre dialógica. O ato de compreensão já é dialógico” (BAKHTIN, 1997, p. 350).

Na sequência, apresentaremos as reflexões pertinentes à outra proposta de carta, sendo esta de resposta à reclamação, solicitada pelo Vestibular de Verão de 2017.

Vestibular de Verão de 2017

Figura 2: Proposta de redação do Vestibular de Verão de 2017

**ELABORE SUA REDAÇÃO, EM PROSA,
COM UM MÍNIMO DE 10 LINHAS E MÁXIMO DE 17 LINHAS.**

TEXTO

Ponta Grossa, 13 de julho de 2017.

Prezado Sr. David Mendes

Venho, por meio desta carta, comunicar-lhe que recebi diversas reclamações relativas ao barulho vindo de seu apartamento até por volta das 4 horas da manhã da última terça-feira. Não bastasse a rotina do seu aparelho de som, sempre ligado em volume alto (comumente após as 22 horas, quando já vigora a lei do silêncio), a agitada movimentação de diversas pessoas na referida data ultrapassou em muito o bom senso, o que causou indignação naqueles que residem mais próximo de seu apartamento, incluindo pessoas idosas e crianças, que foram acordadas devido ao barulho.

Os condôminos que se sentiram lesados pelo seu descumprimento de uma lei acordada em assembleia pedem providências para que incidentes desta natureza não voltem a ocorrer. Lembro ainda ao senhor que, na qualidade de síndica deste edifício, preciso primar pelo clima de boa vizinhança.

Atenciosamente,

Maria Auxiliadora Gomes
Síndica do Edifício Primavera

Adaptado de: Jacqueline Peixoto Barbosa (PUC – SP). Trabalhando os gêneros do discurso. Volume: Carta de solicitação e de reclamação.

PROPOSTA

O texto que você leu é uma carta-reclamação.

Coloque-se na posição do destinatário desta carta.

Sua tarefa é redigir uma carta-resposta a esta reclamação, considerando todos os elementos já envolvidos na situação discursiva: remetente, destinatário, local, data e assunto.

Lembre-se de que agora, na hora de redigir a resposta, o papel dos interlocutores será trocado e você deverá assinar, portanto, como David Mendes.

Não assine com outro nome sob pena de ter sua redação anulada.

Fonte: <http://cps.uepg.br/vestibular/documentos/2017/verao/provas/Conhecimentos%20Gerais.pdf>

Essa prova solicitou a escrita de uma carta resposta à reclamação, articulada a partir de um enunciado de proposta com um nível de acabamento que permitia ao candidato-autor a concretização dos sentidos que estavam sendo solicitados. Sobre as possibilidades de executar um projeto enunciativo numa dada situação de enunciação, encontramos em Sobral (2009): “é preciso haver uma situação comum ao locutor e ao interlocutor; o conhecimento dessa situação por eles e um acordo de grau variável sobre sua compreensão; e certo acordo, de grau variável, sobre como avaliar essa situação” (SOBRAL, 2009, p. 92). Portanto, a clareza com que a situação de interação é explicitada ao candidato pode ser observada já no texto motivador.

A carta de reclamação, texto motivador da proposta, exhibe uma estrutura composicional bastante semelhante àquela que deveria ser apresentada pelo candidato-autor em sua produção textual, tornando mais acessível a elaboração de uma carta-resposta que atenda à situação de comunicação pretendida. Além disso, nos comandos da proposta ratifica-se a necessidade de que a carta apresente os elementos que compõem a estrutura prototípica desse gênero.

Quanto ao conteúdo temático do texto motivador – a reclamação sobre o barulho e movimentação provenientes de um apartamento até a madrugada –, este é justificado e ampliado a partir de informações que acentuam a gravidade da situação conflitante. Assim, o tema está distribuído no texto-estímulo, o que demanda “capacidade de leitura, compreensão e interpretação do texto de apoio⁷” para que o candidato execute seu projeto de dizer. Diante da clareza do tema da carta de reclamação, os comandos para execução da proposta refletem o mesmo encadeamento e permitem uma enunciação dirigida, pois o processo de interação está bem articulado: “o papel dos interlocutores será trocado e você deverá assinar, portanto, como David Mendes”. O destaque conferido à informação sobre a troca dos papéis dos interlocutores pode ser reveladora da preocupação por parte do autor da proposta – ou dos organizadores do concurso – em deixar o candidato seguro sobre como proceder e, com isso, evitar redações anuladas em virtude de assinaturas diferentes do proposto (o que pode ser caracterizado como marca de identificação). Em síntese, a atenção ao cumprimento dessa recomendação está presente tanto no Manual do Candidato quanto nos comandos desta proposta de Redação.

Ainda que a escrita de cartas resposta à reclamação não seja uma prática do cotidiano a que os candidatos estejam habituados, a forma como foram explicitadas as condições para a execução da proposta – bem como o sentido que se estabelece para essa interação (dada pela enunciação presente na carta de reclamação) –, colaboram para a escrita de um texto que se situa no gênero carta resposta à reclamação. Além disso, essas “condições dadas” possibilitam atender aos propósitos estabelecidos, pois “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado numa esfera comum da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1997, p. 316).

Quanto à variedade linguística empregada na escrita da carta de reclamação, padrão culto formal, ela é pertinente ao propósito de interação estabelecido bem como ao papel social, Síndica do Edifício Primavera, de quem produz a carta, Maria Auxiliadora Gomes. Assim, o candidato-autor, ao assumir a posição de interlocutor dessa carta, Sr. David Gomes, e o papel social de um condômino, deverá estabelecer um diálogo condizente com a situação de interação, a fim de que ele possa responder de forma satisfatória a essa carta e, portanto, cumprir

⁷ Critério de avaliação estabelecido pelo Manual do Candidato (2017) ao Vestibular da UEPG.

o objetivo de convencer o interlocutor sobre a validade dos argumentos apresentados em sua defesa. Para Sobral (2009, p. 55), “O sujeito fala no interior de uma rede de interlocução” (ou de interlocutores) em que ocupa diferentes posições-sujeito em diferentes situações de enunciação”, e, desse modo:

O sujeito tem de “saber” – não subjetivamente em termos psicológicos, mas individualmente, e no âmbito de suas relações sociais – o que dizer, como dizer e como negociar esse paradoxo de ser mais o portador da palavra da imagem de si mesmo do que ele mesmo empiricamente presente, embora seja um sujeito concreto, não, por exemplo, um falante “ideal”. (SOBRAL, 2009, p. 55)

Portanto, a apreciação sobre essa proposta de produção textual, na qual foi solicitada a escrita de uma “carta resposta à reclamação”, nos leva a encerrar as reflexões sobre essas duas propostas, enfatizando a importância de se estabelecer uma relação dialógica – entre o candidato-autor e a proposta de Redação – que seja favorecida pela articulação entre o texto-estímulo/motivador e o enunciado da proposta. Quanto mais claras e objetivas forem as condições de produção fornecidas ao candidato-autor – considerando os limites da situação de um processo seletivo que, sabemos, “simula” circunstâncias concretas de enunciação –, maiores (e melhores) oportunidades de realizar seu “projeto de dizer” ele terá.

Considerações finais

As reflexões realizadas durante esta pesquisa permitem afirmar que o momento de execução das provas é um desafio, haja vista as condições que perpassam – e caracterizam – tal processo. Portanto, ainda que esses concursos de ingresso ao ensino superior tenham sofrido modificações, almejando aproximar as produções textuais solicitadas da forma como a linguagem é utilizada em sociedade, existe uma relação entre candidato e corretor(es) que precisa ser “superada”. Nesse sentido, um enunciado de proposta de Redação bem articulado é um elemento a chave para que o candidato consiga, em seu “projeto de dizer”, produzir texto que cumpra as condições pré-estabelecidas pela proposta e, ao mesmo tempo, contemple, satisfatoriamente, os critérios de correção trazidos pelo Manual do Candidato, os quais, no caso dos processos seletivos da UEPG, são expandidos pela revista *Arquitetura da Redação*.

A análise de duas propostas dos processos seletivos da UEPG, uma solicitando uma carta reclamação e a outra uma carta resposta à reclamação, apontou para a importância de os enunciados das provas de Redação proporcionarem ao candidato a possibilidade de efetivar em suas produções textuais a realização dos comandos trazidos pelas provas. Propostas que, por exemplo, privilegiem mais a capacidade de compreensão textual e expressão escrita do que a criatividade necessária para, como é o caso de uma das propostas analisadas, se pensar em justificativas para eventuais problemas ocorridos em viagens espaciais. Acreditamos que a mudança de tipo para gênero discursivo/textual realizada pelos processos seletivos da UEPG representa um avanço em relação ao tratamento conferido à linguagem por parte das instituições de ensino. Ainda assim, o cuidado em elaborar propostas que possam antecipar eventuais dúvidas dos candidatos e que, portanto, não apresentem pontos de indeterminação em seus enunciados, é mais do que aderir ao discurso do trabalho pautado em determinadas perspectivas teóricas e/

ou filosóficas (sem que a mudança se efetive na prática), como ocorre, muitas vezes, com os documentos oficiais de ensino.

Como já dissemos, as implicações decorrentes da situação “real” de interação em que a execução dessas propostas acontece – o momento de realização de uma prova de processo seletivo – também não podem ser desconsideradas. Portanto, a análise das propostas não é capaz de apreender todos os movimentos que acontecem nessa situação de interação. Ainda assim, as reflexões sobre os dois enunciados das propostas de Redação de PSS e Vestibular nos permite reafirmar que quanto mais claras e objetivas forem as condições de produção fornecidas ao candidato-autor, maiores – e melhores – oportunidades de expressar seu “projeto de dizer” ele terá.

No que se refere aos documentos institucionais da UEPG, ressalto a importância da revista *Arquitetura da Redação* enquanto um instrumento pedagógico capaz de aproximar a comunidade escolar e esta instituição de ensino superior. A brevidade das explicações que constam nos Manuais do Candidato dos concursos Vestibular e PSS pode suscitar dúvidas em relação ao desenvolvimento das provas de Redação. Em contrapartida, a revista *Arquitetura da Redação* traz, de forma organizada e contextualizada, análises de propostas relacionadas a concursos anteriores bem como de textos de alunos que tiveram suas produções estudadas em análises comentadas.

Enfatizamos que as discussões trazidas sobre a temática estudada nesta pesquisa serão enriquecidas com outros olhares, que sejam capazes de apontar diferentes perspectivas de apreensão e problematização de sentidos. A atenção às condições de produção trazidas pelos enunciados de propostas de Redação (de processos seletivos, em geral) é imprescindível – e, portanto, precisam ser alvo de reflexão constante –, pois são determinantes para a realização das produções textuais dos candidatos e, portanto, para o seu desempenho nos processos seletivos.

Referências

BAKHTIN, M. (Volochinov, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BAUMGÄRTNER, C. T.; CRUZ, A. A. S. C. Gêneros do discurso: apontamentos. In: CASTELAN, J. C. & LOTTERMANN, C. **A redação no vestibular da Unioeste**: alguns apontamentos à luz da Linguística Textual. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

BEZERRA, P. Introdução. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2017 [1929]. p. IX a XII

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/Semtec, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio – Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, 2006.

BUZEN, C. Da era da composição à era dos gêneros: o ensino de produção de texto no ensino médio. *In: BUZEN, M., MENDONÇA, M. Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

COSTA-HÜBES, T. C. Os gêneros discursivos como instrumentos para o ensino de Língua Portuguesa: perscrutando o método sociológico bakhtiniano como ancoragem para um encaminhamento didático-pedagógico. *In: NASCIMENTO, E. L.; ROJO, R. H. R. (Org.) Gêneros de texto/discurso: e os desafios da contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KÖCHE, V.; MARINELLO, A. F.; BOFF, O. M. B. **Estudo e produção de textos: gêneros textuais do relatar, narrar e descrever**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

KÖCHE, V.; MARINELLO, A. F. **Ler, escrever e analisar a língua a partir de gêneros textuais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MATIAS, T.T. História da carta de leitor: sobre aspectos composicionais, conservação e dinamismo. *In: ANDRADE, M. L. C. V. O; GOMES, V. S.(Org.) História do português brasileiro: Tradições discursivas do português brasileiro: a constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018.

MOITA LOPES, L. P.; ROJO, R. H. R. Linguagens, códigos e suas tecnologias. *In: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Departamento de Políticas de Ensino Médio. (Org.) Orientações Curriculares do Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

PILAR, J. A redação de vestibular como gênero. *In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. Gêneros textuais*. São Paulo: EDUSC, 2002.

PISTORI, M. H. Do tipo textual ao gênero de texto. A redação no vestibular. **Bakhtiniana**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 142-160, Jan./Jun. 2012.

Revista Arquitetura da Redação/ Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, v.1, n.1, 2013.

Revista Arquitetura da Redação/ Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, v. 2, n. 2, 2015

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.. **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p.184-207

SALEH. P. B. O. Os gêneros nos processos seletivos da UEPG. **Revista Arquitetura da Redação.** Ponta Grossa: UEPG, v.1, n. 2, p. 15-19, 2015.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Comissão Própria de Avaliação. Boletim informativo 05/2015-CPS, 2015.b. Disponível em: https://cps.uepg.br/pss/Documentos/2015/2015_Boletim_Info_05_Expectativa_Reda%C3%A7%C3%A3o_PSS.pdf. Acesso em: 17 de out. 2019.

Recebido em julho/2019.

Aceito setembro/2019.